

## Gênero e Economia dos Cuidados no Âmbito da Divisão Sexual do Trabalho: Uma Discussão Introdutória

GOIS, Évelin Lorena Paixão<sup>1</sup>  
*Universidade Federal do Tocantins*

### Resumo

Este artigo busca refletir acerca da divisão sexual do trabalho, a partir do entendimento de gênero, enquanto categoria (perspectiva) de análise, e gênero enquanto conceito. Abordou-se como se dá a construção da desigualdade de gênero a partir da definição de papéis desiguais para o masculino e o feminino que com o tempo leva a hierarquização do trabalho realizado por homens e mulheres. Discutiu-se como atribuição de papéis geralmente vinculados aos cuidados da casa e da família para as mulheres e a responsabilização pelo sustento da casa ao homem, favorecendo assim a perpetuação da dominação masculina.

**Palavras Chave:** Gênero. Divisão Sexual do Trabalho. Economia dos Cuidados.

### Abstract

This article aims to reflect on the sexual division of labor, from the gender understanding, as a category (perspective) of analysis, and gender as a concept. The construction of gender inequality was approached from the definition of unequal roles for male and female which in time leads the ranking of the work done by men and women. The allocation of roles was also discussed as it usually links women to the care of home and family and accountability as home support to the man, thus encouraging the perpetuation of male domination.

**Keywords:** Genre. Sexual division of labor. Economy of Care.

### 1. Entendendo Gênero

O conceito de gênero emerge no âmbito das Ciências Sociais, em 1975, com a antropóloga americana Rubin Gayle, num artigo denominado "The Traffic in Women, Notes on the 'Political Economy' of Sex", no qual ela inicia a discussão da distinção de sexo e gênero apresentando elementos para a elaboração do conceito deste. A autora refere-se a sexo/gênero como sendo um conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana.

Ao se considerar a falta de consenso entre os estudiosos a respeito de sua definição, é comum que a adoção da terminologia “gênero” gere questionamento em qualquer contexto que seja utilizada. O dicionário Aurélio da Língua Portuguesa define “gênero” como sendo

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins - UFT (2016), MBA em Gerenciamento de Projetos Governamentais pela Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS (2013-2014) e graduação em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Tocantins - IFTO (2008-2012)

um “conjunto de espécies que apresentam certo número de caracteres comuns”; e também como sendo sinônimo de “classe, ordem, qualidade, modo e estilo”, nada, porém, referente ao termo “sexo”.

Já “sexo” é definido pelo dicionário como sendo uma “conformação particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e vegetais, atribuindo-lhes papel determinado na geração” como um “conjunto dos que são do mesmo sexo” e como “órgãos genitais externos”. Diante das definições, percebe-se a necessidade de desvincular o significado de uma palavra da outra para que haja desnaturalização da ligação entre sexo e gênero.

Num estudo sobre o uso da palavra “gênero” no campo político e nas pesquisas de ciências sociais, Marie Victoire Louis (2006) demonstrou as inúmeras possibilidades de interpretação e entendimento do termo e a complexidade que estas acarretam. Dentre todos os significados<sup>2</sup> descritos pela autora, que efetuou um levantamento analítico de usos, ressaltam-se aqui duas possibilidades que mais se aproximam da pesquisa: gênero como categoria (perspectiva) de análise, e gênero enquanto conceito. Ao escrever a respeito de gênero enquanto categoria, Machado (2000, p. 5) escreve:

Gênero é uma categoria engendrada para se referir ao caráter fundante da construção cultural das diferenças sexuais, a tal ponto que as definições sociais das diferenças sexuais é que são interpretadas a partir das definições culturais de gênero. Gênero é assim uma categoria classificatória que, em princípio, pode metodologicamente ser o ponto de partida para desvendar as mais diferentes e diversas formas de as sociedades estabelecerem as relações sociais entre os sexos e circunscreverem cosmologicamente a pertinência da classificação de gênero.

Dessa maneira, baseado no escrito acima, gênero enquanto categoria de análise nos faz incorporar as desigualdades de gênero existentes e conseqüentemente repensar a classificação de análise tradicionalmente utilizada. Gênero pode ser reconhecido como o primeiro modo de ressignificar as relações de poder entre os sexos. Segundo Scott (2012, p. 347),

Se pegarmos gênero como um guia não simplesmente como homens e mulheres têm sido definidos em relação ao outro, mas também que visões da ordem social estão sendo contestadas, sobrepostas, resistidas e defendidas nos termos de definições masculino/feminino, chegaremos a uma nova visão sobre as diversas sociedades, culturas, histórias e políticas que queremos investigar. Gênero se torna não um guia para categorias estatísticas de

---

<sup>2</sup> Ver também: “Interpretando Gênero” NICHOLSON, Linda. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>> Acesso em 10 out. 2014.

identidade sexuada, mas para a interação dinâmica da imaginação, regulação e transgressão nas sociedades e culturas que estudamos.

Gênero, portanto, ultrapassa o sentido restrito de estudo das relações entre homem e mulher, pois envolve a própria construção do gênero por meio do conjunto das relações sociais. Ao questionar o funcionamento da sociedade a partir da perspectiva de gênero, percebe-se que exerce o papel orientador para interpretação das pesquisas sociais.

Enquanto conceito, é interessante notar que nos anos 1980, passou-se a usar palavra “gênero” no lugar de “sexo” pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não têm sexo (Pedro, 2005). A autora alega que se buscava reforçar a ideia de que as diferenças percebidas nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura<sup>3</sup>.

Dessa forma, refletir sobre as questões de gênero implica considerar a articulação de outras variáveis, como classe social, raça/etnia, geração, bem como o processo de construção e reprodução da identidade social das relações e das instituições.

O que socialmente se denomina de masculino e de feminino, ou aquilo dito de responsabilidade da mulher ou do homem, está estritamente relacionado a uma construção cultural e social. Gamba (2008) pontua essa linha dicotômica de pensamento que envolve os sexos, (ao se determinar, por exemplo, papéis masculinos associados à força, e papéis femininos associados ao trabalho doméstico), é um sistema de poder. O autor sugere também que a problematização dessas questões e a reflexão dessa construção pode romper com a ideia de que essa classificação é natural.

Nesse cenário, pensar o desenvolvimento do ser humano como socialmente determinado significa entendê-lo em sua multiplicidade de manifestações socioculturais, pois "o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica" (Berger e Luckmann, 2004, p. 71).

Diante dessa realidade, Scott (2012) escreveu que gênero recusa a ideia do ditame biológico e apresenta os papéis alocados para as mulheres como convenções sociais. Ou seja, gênero pode ser compreendido como a diferença entre os sexos, construída social e

---

<sup>3</sup>O conceito de cultura é complexo, e geralmente envolve conhecimento, artes, crenças, leis e costumes. Mas como esse estudo não pretende discuti-lo, é importante mencionar que se adota para esta pesquisa a compreensão de cultura como os hábitos que regem as pessoas enquanto membros de uma sociedade. Para melhor entendimento sobre o conceito de cultura recomenda-se a leitura: EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. Tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

culturalmente, e sexo como sendo algo biologicamente determinado. Assim, enquanto o sexo é biológico, o gênero remete à construção histórica, cultural e social.

Citeli (2001) escreve que muitos dos(as) cientistas sociais que discutem as limitações das diversas vertentes do determinismo biológico não estão apenas preocupados(as) com os “deslizes” propriamente científicos do determinismo, mas com as consequências sociais e políticas que advêm dessas afirmações, como as observadas nas relações hierárquicas de poder que envolvem homens e mulheres.

Devido à sua natureza polimorfa, a concepção de gênero está sempre vinculada a cada interpretação a ele atribuída em cada uma das inúmeras possíveis utilizações. Assim, apesar da legitimação do termo gênero, Louis (2006) ressalta que seu uso jamais deve ser adotado sem considerar o patriarcado, o sistema de dominação masculina, as relações de dominação entre os sexos, pois os consideram fatores incontestáveis. Acerca do assunto Machado (2000) argumenta que gênero trata-se sempre de uma construção cultural histórica.

Partir do pressuposto que relações assimétricas entre as mulheres e os homens geram relações de dominação e opressão nas sociedades permite visualizar a forma como a desigualdade entre os gêneros tem sido construída ao longo dos tempos. E ao se falar das relações de poder entre homem e mulher, não se pode deixar de citar os estudos de Pierre Bourdieu, que, apesar de não ter trabalhado o conceito de gênero nem a divisão sexual entre homem e mulher, contribui ricamente para a discussão. A ideia defendida pelo autor sobre o masculino e o feminino coaduna com a das autoras apresentadas. Bourdieu (2012, p. 20) escreve que:

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho.

Logo, diante da ideia de dominação masculina, a biologia e o corpo seriam espaços onde as desigualdades entre os sexos seriam naturalizadas diante da força do homem e a fragilidade da mulher. Para compreender gênero faz-se necessário aceitar o caráter relacional (homem e mulher) no processo de construção da desigualdade, de forma a identificar as relações de poder que estão implícitas na sua adoção (Matos, 2008).

A associação do feminino, como a sensibilidade, a fraqueza ou a emotividade (em contraposição à racionalidade e à força), pode reduzir as possibilidades de ação, protagonismo

e autonomia das mulheres porque, com tratamento inferiorizado, elas acabam interiorizando que não são capazes de realizar seus anseios e, por isso, continuam a acatar sem questionar os papéis determinados a elas.

A construção do masculino e do feminino é marcada por uma categoria relacional oposta de forma que só se pode falar das mulheres porque existem homens chamando a atenção, como em qualquer pensamento relacional e hierárquico, um dualismo que envolve relações de poder, ou melhor, relações desiguais de poder, por mais que às vezes pareçam implícitas.

## **2. A construção da desigualdade de gênero**

A desigualdade de gênero é um construto social que vai sendo delineado desde o momento da gestação do novo ser em atos simples e muitas vezes sutis, como, por exemplo, a escolha de um enxoval de bebê azul para meninos e rosa para meninas. A sociedade vai criando por meio dos papéis de socialização expectativas que estabelecem diferentes modos de pensar, agir e atuar para as mulheres e para os homens.

Desde o uso de expressões que caracterizam a discriminação entre mulheres e homens e até reforça estereótipos impostos culturalmente (Toledo, 2014). Partindo do pressuposto que a linguagem é o principal meio de reprodução dos discursos, dever-se-ia escrever e falar da maneira mais neutra possível, evitando-se a aplicação sexista da linguagem, pois, ao se generalizarem as ações como masculinas, ocultam-se as realizações femininas, como acontece com o uso do masculino na Língua Portuguesa.

Assim, sobre as diferenças biológicas de sexo, vão sendo criadas desigualdades sociais que atribuem papéis desiguais para o masculino e o feminino, nos quais há sempre um desequilíbrio: o papel do homem é sempre mais valorizado do que o papel da mulher. Para Faria e Nobre (2007, p. 2):

Usamos as expressões identidades de gênero e relações de gênero para deixar bem claro que as desigualdades entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não determinadas pela diferença biológica entre os sexos. Elas são uma construção social, não determinada pelo sexo. [...] A partir da consolidação do capitalismo, existe a ideia de que ocorre uma divisão entre as esferas pública e privada, sendo que a esfera privada é considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado. A esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, do direito.

Dessa forma, entende-se que nomear as profissões no feminino, significa reconhecer que há mulheres que trabalham nas mais variadas profissões e que as habilidades das mulheres não têm limitações pelo fato de serem mulheres, é reconhecer que o futuro das mulheres não está limitado por seu sexo (Toledo, p. 64, 2014).

A desigualdade entre os gêneros tem sido uma construção cultural definida a partir da diferença entre os sexos. Beauvoir (1967), ao falar acerca da situação da mulher, do ponto de vista biológico, sociológico, psicológico e político, afirmou (1967, p. 9):

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

O debate da autora remete às diferentes formas de dominação a partir da construção social e aponta com clareza que este é o fator que determina os papéis assumidos pelas mulheres. Partindo do pressuposto que gênero é uma categoria de análise relacional, já que não se pode pensar a mulher sem pensar o homem, a concepção do que é ser homem e o que é ser mulher é entendida (Faria; Nobre, 2007) como a “identidade de gênero” que se dá ao longo da vida e é reforçada pela cultura e pelas instituições (Woodward; Hall, 2007).

Apreende-se que a cultura e as instituições, como a igreja e a própria família, têm muita força na sociedade, e por assentirem a aceitação da postura inferiorizada da mulher, sempre subordinada ao homem, limitando-a a atividades domésticas e de cuidados, funcionam como interventores na construção da identidade de gênero, reforçando as desigualdades.

Nesse sentido, a cultura deve ser considerada responsável pela naturalização das condições desiguais vividas pelas mulheres. De acordo com Bourdieu (2012, p.18), falar da desigualdade entre os gêneros se refere principalmente a mecanismos sutis de dominação e exclusão social utilizados por indivíduos, grupos ou instituições: "a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la".

Muita coisa mudou no último século, mas ainda há muito a fazer. Apesar dos avanços, são poucas as mulheres que conseguiram sua autonomia pessoal e financeira, e aquelas que conseguiram ainda estão sujeitas a outros tipos de discriminação. Segundo Moreira (2010), o fato de as mulheres assumirem financeiramente a subsistência da família não significa eliminação das relações de opressão, principalmente no mundo do trabalho conforme explica o tópico a seguir.

### 3. A Divisão Sexual do Trabalho

Segundo Gurovitz (2003), a divisão sexual representa uma das diversas formas de manifestação das desigualdades de gênero:

As desigualdades de gênero se manifestam em aspectos diversos, tais como: a) a divisão sexual do trabalho que mantém as mulheres no âmbito doméstico ou as joga em ocupações que reproduzem o modelo doméstico no ambiente de trabalho; b) a escassez de oportunidades para educação e emprego para mulheres; c) o acesso a empregos instáveis e mal pagos; d) a responsabilidade da dupla ou até tripla jornada de trabalho; e) a presença de níveis inferiores de saúde e bem-estar; f) a participação limitada no processo de decisão familiar e social e g) sua limitada autonomia pessoal. Essas desigualdades ocasionam uma série de desvantagens para as mulheres que, ao interligarem-se com outras assimetrias sociais, étnicas e geracionais, as expõe mais e as torna mais vulneráveis a situações de privação e pobreza (Gurovitz, 2003, p.54).

Como explicado acima, compreende-se que a divisão sexual do trabalho trata da separação e valoração do trabalho que homens e mulheres fazem, hierarquizando-os. A divisão sexual do trabalho está na base social da opressão e da desigualdade, construída ao longo da história, e, portanto, passível de modificações apesar de ter princípios sólidos que ajudam a entender o porquê da permanência dessa desigualdade (Faria, 2010).

O conceito de divisão sexual do trabalho surgiu na França, no início dos anos 70, sob o impulso do movimento feminista. Hirata e Kergoat (2007, p. 599) escrevem:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada historicamente e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Para as autoras, era preciso ir além desse entendimento comum sobre divisão social do trabalho, por isso, propuseram dois princípios para a divisão sexual do trabalho. Um deles estuda a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões; o outro analisa como essa distribuição se associa à divisão desigual do trabalho. O Princípio de separação e o Princípio de hierarquia: O primeiro separa o que é trabalho de homens e de mulheres; o segundo considera que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres (Hirata e Kergoat, 2007).

A divisão sexual do trabalho implica práticas de discriminação, em segregação de empregos femininos em categorias mais baixas do mercado, em informalidade, e em altas taxas de desemprego. A discriminação salarial é uma prática de discriminação e implica a exclusão das mulheres nas posições que pagam melhor ou até a não consideração destas para posições de chefia, comumente ocupadas por homens (Soares, 2010). A cultura machista, construída ao longo da história, determinou o espaço político de decisão como um espaço masculino, podendo ser percebido não apenas nas empresas, como também no serviço público (Costa, 2010).

O trabalho doméstico dificulta ainda mais a participação feminina na distribuição dos recursos econômicos, uma vez que a mulher despende de tempo para sua execução e não recebe por isso. Isso acontece porque o trabalho doméstico não é considerado atividade econômica.

Antes do capitalismo, o conjunto das atividades humanas necessárias para a existência era considerado trabalho, mas hoje em dia é considerado produtivo só aquilo que gera troca no mercado (Faria, 2010). Esse conceito de trabalho passou a ser questionado na década de 70 pelas teóricas feministas. A reestruturação do conceito capaz de abarcar as duas esferas só foi possível a partir do amadurecimento de um processo político e do movimento feminista.

Assim, o trabalho reprodutivo ou doméstico que não era considerado produtivo pelas ciências sociais e pela economia passou a ser (Ávila, 2013). Apesar de historicamente a sociedade ter instituído a divisão sexual do trabalho baseado nessa hierarquia, na realidade enquanto os homens se mantiveram na esfera pública, vinculados às atividades produtivas, as mulheres sempre estiveram tanto na esfera da produção como na de reprodução (Matos, 2008; Ávila, 2013).

Segundo Guedes (2010), “a desnaturalização do papel tradicionalmente feminino de cuidadora dos demais membros da família é um processo mais lento que a aceitação de que o provimento do sustento do lar não é um atributo exclusivo dos homens.” Ou seja, a divisão sexual do trabalho está na base social da opressão e da desigualdade, porque se aceita com mais facilidade que a mulher trabalhe fora do que o homem (marido, cônjuge) ajude em casa com a divisão das tarefas domésticas.

Essas mulheres que trabalham fora, estudam e cuidam da casa e dos filhos sofrem também com a discriminação salarial no trabalho. De acordo com Soares (2010), existe o reconhecimento da diferença salarial entre homens e mulheres, mas apenas o reconhecimento

não contribui para a mitigação das disparidades. A autora aponta que as justificativas ignoram tanto a existência da divisão sexual do trabalho como a existência de segmentação do mercado como fator preponderante para a desigualdade.

Os argumentos conservadores consideram que as mulheres são uma mão de obra mais cara por faltarem mais, serem mães, e, portanto, mais ausentes no trabalho. Os empresários também alegam que a funcionária, quando engravidada, tem de sair de licença maternidade, se ausentando por um longo período e que é preciso realizar nova contratação para ocupar a vaga em aberto, implicando custos extras. Nesse contexto, faz-se necessário pensar e desenvolver políticas públicas e ações para que as responsabilidades familiares não sejam impedimento a qualquer uma das etapas do trabalho, seja no acesso à formação ou ao emprego.

A divisão do trabalho doméstico precisa ser revista para redução das múltiplas jornadas de trabalho das mulheres. Ao se questionar uma dona de casa sobre seu trabalho, é comum ouvi-la dizer que não trabalha, que é apenas dona de casa. Este posicionamento reflete o tratamento dado a ela durante décadas, cujos trabalhos remunerados eram fundamentalmente ocupados por homens (Toledo, 2014).

É óbvio que as características do trabalho feminino são tão importantes quanto as características do trabalho masculino, mas infelizmente não ganham a mesma visibilidade, nem por parte do empregador(a) nem do empregado(a). Parente (2012) escreve a respeito da maneira como as mulheres se exprimem e explica que as falas das mulheres reassentadas refletem os papéis de gênero, principalmente quando se trata de trabalho, porque elas não consideram atividades na roça (e outras fora do ambiente doméstico) como trabalho, uma vez que o sustento da família deve ser provido pelo homem da casa.

Essa divisão incide sobre a valoração atribuída ao trabalho do homem e da mulher, e pode ser percebida com a valorização do trabalho desempenhado pelo homem e a desvalorização do trabalho desempenhado pela mulher. Dessa maneira, as profissões ou atividades ligadas aos cuidados tanto da casa como de familiares têm menor reconhecimento e remuneração.

Tradicionalmente, as profissões associadas às mulheres referem-se aos cuidados de membros da família (crianças, idosos e incapacitados), afazeres domésticos e às áreas de licenciatura, enquanto os homens têm assumido mais as atividades ligadas a exatas e tecnologia, atividades mais reconhecidas e mais bem remuneradas.

Diante do preconceito existente, que favorece a subvalorização dos trabalhos considerados femininos, percebe-se a relevância do aporte econômico das mulheres à renda dos domicílios para a superação da situação de desigualdade. No Brasil ainda não existe lei de igualdade ou de equiparação salarial, o mais próximo disso seria o Programa Pró-Equidade<sup>4</sup>, que, embora de limitada abrangência, combate a divisão sexual do trabalho, disseminando novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional em empresas de médio e grande porte, públicas e privadas, com personalidade jurídica própria.

#### **4. A Economia dos Cuidados**

A economia dos cuidados diz respeito às atividades cruciais na sociedade por manterem as pessoas vivas e promoverem o bem-estar. São os chamados cuidados pessoais pagos para babás, enfermeiras, parteiras, domésticas, fisioterapeutas e muitos outros. Ao se refletir sobre o conteúdo desses trabalhos, percebe-se que são atividades que têm baixo prestígio como trabalho, sendo tipicamente não regulamentados no mercado, escassos ou sem nenhum pagamento (Zelizer, 2009).

Devido a essa falta de compreensão e conseqüente desvalorização dos trabalhos relacionados aos cuidados pessoais pagos, as mulheres acabam sendo as principais vítimas, já que os cuidados com crianças, idosos e doentes são de responsabilidade delas. É comum, com exceção para casos extremos e complexos que precisam de cuidados intensivos, os cuidados profissionais ficarem à margem da colaboração eficaz e gratuita de familiares.

A verdade é que, quando se trata de cuidado, as pessoas têm receio em pagar, caracterizando-o como um trabalho marginalizado (Zelizer, 2009). Essa situação pode ser facilmente percebida, principalmente pela postura adotada pela maioria das mulheres, pois elas não consideram trabalho as atividades que realizam fora do mercado formal, encarando como ordem natural das coisas.

Após reflexão acerca da divisão dicotômica do mundo social, conclui Zelizer (2009 p.252): “a suposta divisão entre os mundos do sentimento e da racionalidade; do mercado e da esfera doméstica; do masculino e do feminino, fomenta um trabalho de poder e de exclusão, mas não acrescenta nada à análise dos processos econômicos”. Assim, homens e mulheres tendem a ter interpretações diversas, ou seja, a atribuir valorações distintas para as coisas, e com o dinheiro não seria diferente. Existem diversas interpretações dadas ao dinheiro no mundo social e no mundo simbólico.

---

<sup>4</sup>Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça - 6ª Edição. Disponível em: [<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulher-e-trabalho/programa-pro-equidade-de-genero-e-raca>] Acesso em 15 out. 2015.

Para os economistas, o dinheiro se traduz em utilidades. Para os sociólogos, o dinheiro é cultural e social, logo vem de uma transformação. Para os antropólogos, seu significado é explicado com base nos aspectos primitivos, podendo possuir qualidades especiais e valores distintos independentes da quantidade. Diante desse cenário, Zelizer (2003) aponta que os valores e os sentimentos tidos corrompem o dinheiro investindo-o de significados morais e religiosos.

O dinheiro adquirido pelo homem tem valoração maior do que o adquirido pela mulher. O "dinheiro de mercado" é diferente do "dinheiro doméstico". O dinheiro de mercado tem influência econômica e o dinheiro doméstico é pensado como sendo algo mais voltado para o seio familiar como o "dinheiro do pão". (Zelizer, 2003, p.135).

Diante da discussão da desigualdade de gênero, o valor atribuído ao dinheiro simboliza as relações de poder, e representa, de forma clara, a subordinação da mulher ao homem. Uma mulher que se dedica a cuidar da casa e da família propicia as condições necessárias para que seu companheiro desempenhe um bom trabalho e, com isso, possa garantir a renda do lar. Nessa situação, a mulher considera parte do dinheiro recebido pelo homem como sendo seu? Provavelmente não.

Com o estabelecimento da cultura do consumo, instituiu-se o historicamente conhecido papel de administradora da mulher. Ainda hoje é possível perceber essa atitude por parte da população mais carente ou até mesmo pelos moradores do campo. Tal prática propõe a entrega do valor integral do salário dos homens da casa para que a mulher gereencie o orçamento doméstico de acordo com as necessidades da família. Curioso observar, no entanto, que uma parte muito pequena, quando não inexistente, dessa renda é destinada aos gastos pessoais da mulher, até porque todo esse gerenciamento se dá sob a supervisão do companheiro.

Dessa forma, a cultura e a estrutura social impõem limites ao processo de dinheirização, de forma que fatores extraeconômicos constroem e moldam de forma sistemática, vinculando o uso do dinheiro para coisas específicas, designando pessoas distintas para lidar com tipos específicos de dinheiro, estabelecendo formas de controle para cada tipo de dinheiro e associando as diferentes origens para utilizações específicas. (Zelizer, 2003).

Assim como o dinheiro, a divisão sexual do trabalho dá significado às relações de poder e à organização simbólica da vida social. Para Bourdieu (2012), a dominação

masculina, principalmente como é imposta e vivenciada, é resultante de uma espécie de violência simbólica. Nas palavras do autor:

(...) Resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Compreende-se dessa maneira que a dominação masculina é resultante do sentimento de subalternidade da mulher ao homem que se estabelece de forma natural e sutil, pois está mascarado nas relações cotidianas e perpassa o pensamento e a concepção de mundo de cada um.

Bourdieu (2012) enfatiza que essas concepções “invisíveis” apresentadas às pessoas as induzem a criar esquemas de pensamentos de aplicação universal, que não foram realmente pensados. Ou seja, quando se acredita na liberdade de pensamento, não se pode ignorar que o processo da construção do pensamento está marcado por preconceitos e opiniões alheias inerentes a própria característica do ser social. Bourdieu (2012, pp.17 e 18):

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.

O modo de pensar pautado pelas dicotomias e oposições apenas pode ser entendido dentro do contexto de todas as oposições do pensamento ocidental, que não se restringe ao masculino/feminino, mas conforme Bourdieu abrange o alto/baixo, rico/pobre, claro/escuro etc. Diante da constatação de que a dominação masculina está arraigada no inconsciente de cada um devido à sua construção social, quando se questiona o que se pode fazer para acabar com tal mazela humana acredita-se que tentar se desprender dessa lógica dualista seja um primeiro grande passo individual e também por parte estratégica do Estado.

No que diz respeito à autonomia e redivisão das tarefas de cuidado, Silveira (2004) escreve que, por meio da intervenção do Estado, é possível garantir autonomia e

independência econômica, por exemplo, com o aumento dos períodos escolares, oferta de vagas em educação infantil (creches) e restaurantes populares.

Segundo Godinho (2004) o resultado dos investimentos sociais é a maximização da possibilidade de escolha por parte das mulheres que, ao se sentirem apoiadas socialmente, poderiam optar por dedicar mais tempo ao desenvolvimento profissional ou utilizar o tempo livre na construção da cidadania, tanto nos aspectos de cultura e lazer como de participação política.

### **Considerações Finais**

O construto cultural que colocou a mulher como a única responsável pelas tarefas do lar e do cuidado com as crianças deve ser objeto de reflexão já que, por muito tempo, as atividades das mulheres não foram comentadas e permaneceram invisíveis.

Assim, diante da contextualização e conceitualização sobre gênero, divisão sexual do trabalho e economia dos cuidados pôde-se verificar que as questões de gênero exercem influência desde a infância e contribuem para a perpetuação desses papéis onde a mulher permanece prejudicada. Logo, é preciso refletir sobre a perpetuação da ausência da divisão do trabalho doméstico e da responsabilidade socialmente atribuída à mulher a economia dos cuidados.

### **Referencias**

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Sesc, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo. A experiência vivida (Vol. 2)**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade** – 24ª edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11ª edição; tradução Maria Helena, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CITELI, MARIA TERESA. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 131-145, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 Oct. 2015.

FARIA, Nalu. A divisão sexual do trabalho como base material das relações sociais de gênero. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios**. São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.

GAMBA, Susana. **¿Qué es la perspectiva de género y los estudios de género?**, 2008. Disponível em: <<http://www.mujiresenred.net/spip.php?article1395>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

GODINHO, Tatau. Construir a Igualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, Tatau.; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8 edição. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p.

GUEDES, Moema de Castro. **Trabalho Produtivo e Reprodutivo no Segmento de Mulheres de Nível Universitário**. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278032211\\_ARQUIVO\\_MoemaGuedes-fazendogenero.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278032211_ARQUIVO_MoemaGuedes-fazendogenero.pdf)> Acesso em: 15 Out. 2015.

GUROVITZ, Elaine. Gênero e pauperização das mulheres. São Paulo: FGV/EAESP, 2003. 135 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da FGV/EAESP, Área de Concentração: Reforma do Estado e Políticas de Governo).

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me: o que significa Gênero? In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 21, n. 3, set.-dez. 2006, p.713 a 726.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: **Serie Antropologia**, Universidade de Brasília, n.284, 2000. p. 1-120.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200003>> Acesso em: 20 Ago. 2015.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila. Políticas Sociais e Gênero: Um balanço de experiências na área da Assistência Social. In: PIMENTA, CAM., and ALVES, CP., orgs. **Políticas públicas & desenvolvimento regional** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 211 p. ISBN 978-85-7879-016-5. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 02 Set. 2014.

PARENTE, Temis Gomes. **Desenvolvimento Regional na perspectiva de gênero**. Projeto História, São Paulo, n. 45, pp.269-284, Dez. 2012.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

RUBIN, Gayle. **The Traffic in Women. Notes on the "Political Economy" of Sex.** In: REITER, Rayna (edição.) *Toward an Anthropology of Women.* New York, Monthly Review Press, 1975.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau.; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas e igualdade de gênero.** Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8 edição. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p.

SOARES, Vera. Práticas discriminatórias e segregação no mercado de trabalho. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios.** São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. **Os usos e abusos do gênero.** Projeto História, São Paulo. Vol. 45, n. 332, p. 327-351, Dez. 2012. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

TOLEDO, Leslie C. et.al. Manual para o uso não sexista da linguagem. GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014. Disponível em:<[http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791\\_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf](http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf)> Acesso em: 15 de maio de 2015.

WOODWARD, K.; HALL. S. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**, p. 7-72. In: SILVA, Tomaz Tadeuda. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2000, (org. e trad.).

ZELIZER, Viviana A. 2009. Dualidades perigosas. **Mana.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v15n1/09.pdf>> Acesso em 10 dez. 2014.

ZELIZER, Viviana. 2003. "O significado social do dinheiro: "dinheiros especiais"". In: Rafael Marques; João Peixoto (orgs.), **A nova sociologia econômica: uma antologia.** Portugal: Celta Editora. pp.125-165.